



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1058/11	DATA: 03/08/2011
INÍCIO: 15h23min	TÉRMINO: 16h40min	DURAÇÃO: 01h17min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h17min	PÁGINAS: 31	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de itens constantes da pauta da reunião.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 17ª reunião, realizada em 13 de julho.

Pergunto se há necessidade da leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Pode dispensar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O nobre Deputado Dr. Ubiali pede a dispensa da leitura.

Não havendo discordância, fica dispensada.

Está em discussão o teor da ata.

Em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com o seu inteiro teor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Passemos à apreciação das proposições constantes da pauta.

Requerimento nº 62, de 2011, do Exmo. Sr. Deputado Izalci, que solicita realização de audiência pública em Brasília para debater o PNE.

Requerimento nº 63, de 2011, do nobre Deputado Chico Lopes, que requer a realização de audiência pública para debater os impactos na qualidade da educação oriundos da aprovação de um terço da jornada de trabalho dos professores para atividades extrassala.

Requerimento nº 65, de 2011, do nobre Deputado Newton Lima, que requer audiência pública para ouvirmos o Presidente da ANDIFES, o Prof. Dr. João Martins.

Requerimento nº 66, de 2011, do nobre Deputado Angelo Vanhoni, que requer realização de audiência pública para discutir a qualidade das instituições de educação superior, sua produção acadêmica e científica nas diversas áreas, especialmente na área educacional.

Requerimento nº 67, de 2011, do Deputado Angelo Vanhoni, que requer a realização de audiência pública para discutir a educação infantil.



Requerimento nº 68, de 2011, do nobre Deputado Paulo Rubem Santiago, que requer audiência para debater ajuste sobre a importância dos conteúdos e da disciplina Educação Física.

Esses são os requerimentos em pauta.

Vamos iniciar pelo Requerimento nº 62/11, do nobre Deputado Izalci.

S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, com relação a esse requerimento, quero registrar que fizemos o requerimento dessa audiência, mas em função do prazo — o requerimento estava na Comissão e não pudemos votá-lo a tempo —, conversei com V.Exa. e também com o Relator, Deputado Vanhoni, e acertamos que faríamos a audiência, que foi feita, inclusive, com muito sucesso. Colhemos bastantes argumentos e sugestões, para apresentá-los, futuramente, como emendas, com a participação da Secretária da Educação, com todos os segmentos da área de educação do DF. Portanto, a aprovação do requerimento é para atender, realmente, o aspecto legal, formal, da Comissão.

Gostaria de pedir apoio aos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Sras. e Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento do Deputado Izalci permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Requerimento nº 63/11, do Deputado Chico Lopes.

Vou sobrestar para que o Deputado Chico possa vir defendê-lo.

Requerimento nº 65/11, do Deputado Newton Lima, que também não está presente. Solicita que compareça em audiência aqui o Presidente da ANDIFES, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - São duas pessoas aí, não são?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Perdão, no requerimento que eu tenho — pode ter sido alterado — está aqui apenas o Dr. João Martins.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Presidente da ANDIFES não é o reitor de Goiás?



(Não identificado) - Mudou.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Mudou agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Mudou.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu quero só entender qual é o objeto desse requerimento. Vem aqui falar sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Nada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O requerimento não especifica...

Para não prejudicar, eu sei que esse requerimento...

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Retira. Se ele quiser reapresentar...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim, para ele esclarecer melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou retirar e reapresentamos na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputado Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Apesar de eu não operar no mercado financeiro, eu vou fazer uma especulação aqui.

Parece-me que os Requerimentos nºs 65 e 66 têm certa semelhança. O requerimento do Deputado Newton Lima, que foi Reitor da Universidade Federal de São Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - E Presidente da ANDIFES.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - ...e o do Deputado Vanhoni parece-me que têm como foco pôr em relevância o papel das instituições de educação superior no País.

Eu não sei se nós podemos tomar a liberdade de sugerir a V.Exa. que fizéssemos aí uma apreciação conjunta. Porque, pelo que nós conhecemos do Deputado Newton Lima — eu fui seu contemporâneo na ANDES —, parece-me que o interesse seria o mesmo: discutir com a ANDIFES e com as universidades o papel das instituições de educação superior.



Não sabemos se o Deputado Newton Lima está na Casa, se teve alguma missão parlamentar fora da Capital. Talvez pudéssemos adiantar. É a ponderação que faço, sem prejuízo da avaliação dos outros Deputados.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - O Deputado Newton Lima está com problema com saúde. Por isso que ele não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Newton, não é?

Vamos fazer o seguinte: como nós não podemos alterar o teor de um requerimento na ausência do proponente e como o requerimento do Deputado Angelo é bem mais amplo — vou ler de novo: requer *“a realização de audiência pública para discutir, tendo em vista o”* PL 8.035 *“(…) a qualidade das instituições de educação superior no País, da sua produção acadêmica e científica nas diversas áreas e, especialmente, na área educacional, bem como suas aplicações em benefício do desenvolvimento do sistema de educação básica brasileira; a qualidade da formação dos profissionais da educação; e as medidas para promover as melhorias necessárias”* —, nós tiraríamos de pauta o requerimento do Deputado Newton Lima, votaríamos o do Deputado Angelo, quando ele chegar — e ele está chegando —, porque, de todas as formas, acaba contemplando o que deseja o do Deputado Newton Lima, que não é específico.

Eu tenho toda a razão. Eu deveria até rejeitar o requerimento. A Deputada Professora Dorinha, educadamente, não provocou esta Presidência a fazê-lo, porque o requerimento do Deputado Newton Lima é inespecífico; apenas chama para ouvir.

Então, para não prejudicar, ficaremos com o segundo, aproveitando a ideia de V.Exa. Discutiremos e votaremos o do Deputado Angelo. Aí, com certeza, vamos contemplar a iniciativa do Deputado Newton Lima.

Como o Deputado Angelo está chegando, vamos ao do Deputado Paulo Rubem Santiago: realização de audiência pública para debate e ajustes sobre a importância dos conteúdos e da disciplina Educação Física, conduzida em todas as



séries e em todos os níveis de ensino por professores licenciados em Educação Física, e a adequação do Plano Nacional de Educação a essa necessidade social.

V.Exa. tem a palavra, nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, é um requerimento conjunto com a Deputada Flávia Moraes, do PDT de Goiás, minha colega de bancada, que também integra comigo a Frente Parlamentar pela Promoção do Desenvolvimento Humano e da Atividade Física.

Não quero me estender, até porque estou indo agora à Comissão de Legislação Participativa votar um requerimento de minha autoria. Peço, portanto, apoio aos colegas Deputadas e Deputados para aprovarmos esse requerimento nosso e também da Deputada Flávia Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Só um adendo aos nobres colegas que estão no plenário. O requerimento, na verdade, que me chega agora às mãos e que substitui o anterior, também recebe o apoio do Deputado Gilmar Machado, do PT de Minas Gerais; do Deputado Otavio Leite, do PSDB do Rio de Janeiro; de V.Exa.; do Deputado André Figueiredo, do PDT do Ceará; e do Deputado Romário, do PSB do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Eu gostaria de subscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - V.Exa. quer subscrever.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Só tem craque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Subscrição anotada.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Eu gostaria hoje, retornando do recesso, de colocar duas questões para a Comissão que me parecem com alguma importância: a primeira é dar oportunidade ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni, para que ele ponha as suas ideias, as suas angústias com relação ao trabalho da relatoria que está produzindo.

O número de emendas, muito embora tenha dado a nós uma alegria muito grande pela participação, criou, com certeza, problemas técnicos maiores ainda. O



Relator tem de dar parecer a 3 mil emendas, uma por uma, e prepará-las para serem votadas aqui no plenário. Ele está encontrando uma enorme dificuldade. Está reunido com a nossa consultoria toda a semana, tentando adiantar o trabalho, e hoje seria a oportunidade para que ele pudesse, de alguma forma, dividir conosco o seu cronograma de trabalho e dizer quando ele acha ser possível apresentar o seu relatório, para que possamos votar na Comissão o substitutivo. Portanto, vou esperar o Deputado Angelo para que ele possa fazer isso.

A segunda coisa, também extremamente gratificante, é avisar a todos que nós vamos realizar, no próximo dia 16, um seminário, que está sendo organizado pelo eminente Deputado Ariosto Holanda, do Ceará, e que tem como título *A Extensão Tecnológica no Brasil*. Ele vai ocupar o dia 16 todo, das 8h30min às 17 horas, vai ser realizado no Nereu Ramos e vai contar com a presença do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, do Ministro de Estado da Educação e do Ministro de Estado da Integração Nacional.

Três Comissões estão promovendo esse seminário: a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a nossa Comissão Especial e o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara.

O Deputado Ariosto, com o seu cuidado e zelo exemplar, vai, inclusive, instalar aqui em frente, em nosso gramado, um CVT e vai colocá-lo em funcionamento, com alunos, com tudo, para que os Deputados possam conhecer o funcionamento de um CVT.

Portanto, o seminário é produto desse esforço extraordinário do Deputado Ariosto, um homem dedicado a essa causa. Gostaria que todos nós participássemos dele com entusiasmo. O Deputado Ariosto o está organizando juntamente com os Presidentes das duas outras Comissões.

Outro assunto: gostaria de aproveitar a presença aqui do eminente Deputado Gilmar Machado para que ele pudesse nos falar, rapidamente, de um problema que nós precisamos enfrentar e resolver. Nós vamos receber o PPA. Esse plano só existirá se ele tiver suas metas contidas no PPA. Provavelmente, não haverá uma coincidência entre o término do nosso trabalho e a votação do PPA. O que fazer?

Deputado Gilmar, gostaria que V.Exa. dividisse aqui conosco a sua preocupação.



O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Presidente Gastão, em primeiro lugar, eu quero agradecer a V.Exa. e cumprimentá-lo pelo trabalho. V.Exa., realmente, tem uma dedicação muito grande, conhece bem essa área da educação e também é um conhecedor das demais leis, que são necessárias para que, de fato, o plano possa funcionar. A primeira questão para o plano funcionar é o Plano Plurianual.

O Plano Nacional que nós vamos votar vai pegar basicamente três PPAs: o PPA deste Governo, o do próximo e mais um ano de um terceiro governo que ainda vamos ter. Ele é essencial, já que, pelo menos pelas discussões aqui, algumas coisas nós vamos fazer até 2014, depois outras metas são mais para frente. Inclusive, o próprio texto que veio do Executivo já trata de alguns itens que nós queremos cumprir até 2014. Se nós queremos cumprir até 2014, têm de estar no PPA agora.

O PPA chega dia 31. O Relator será o Senador Walter Pinheiro, que já nos procurou, quer manter um bom diálogo com esse grupo, conhece muito bem V.Exa., tem uma admiração, um apreço muito grande por V.Exa. Ele também já está preocupado. Nós não vamos conseguir votar o PNE antes da votação do PPA, porque o prazo de emenda do PPA vai ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Qual é o prazo?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO -...entre o final de setembro e o início de outubro. Não sei se vamos conseguir votar a tempo. Se não conseguirmos, nós temos, pelo menos, de definir algumas metas mais claras, porque o PPA tem metas claras: o que nós vamos atingir no primeiro, no segundo, no terceiro e no quarto ano e com valores definidos, porque senão depois não há como montar o orçamento.

Então, acho que V.Exa. deveria designar um grupo, a fim de pensarmos uma forma, junto com o Relator, de não perder tempo, porque depois que votarmos, nós teremos de fazer uma reunião de mudança no PPA, só no meio do ano que vem. Por isso, só vamos ter alguma alteração no segundo semestre de 2012, o que atrapalhará muito o nosso trabalho.



Na certeza de que a Comissão tem o maior interesse em participar ativamente desse debate sobre o PPA, como membro da Comissão de Orçamento, gostaria de trazer este tema para cá.

Portanto, que nós criemos aqui um grupo, orientado por V.Exa., para achar o melhor mecanismo para fazermos emendas ao PPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Deputado Gilmar Machado.

Eu quero partilhar com todos os senhores uma alternativa sobre como poderemos proceder.

O Dr. Paulo de Sena, se quiser, pode dar opinião. Precisamos encontrar uma alternativa. Vamos trabalhar.

Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Primeiro, gostaria de perguntar se o Deputado Angelo Vanhoni, Relator, virá à reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sim. Ele está vindo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Na reunião da Comissão de Educação, hoje pela manhã, tive oportunidade de conversar com ele. E ele me disse que um dos objetivos desta reunião era exatamente estabelecer um relatório parcial, no que houvesse consenso, deixando as coisas mais polêmicas para discutir à parte. Talvez em função dessa prévia, vamos dizer, havendo consenso, possamos também trabalhar com o PPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Artur Bruno, o que lhe ocorre?

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Eu concordo com a proposta feita por V.Exa. a partir das ponderações do Deputado Gilmar Machado. Poderíamos organizar aqui uma Subcomissão, um grupo específico para tratar do tema. O Deputado Gilmar Machado, com certeza, dará grande contribuição a esse grupo, dada a sua experiência na área orçamentária. Eu acho que a sua proposta foi modelar. Creio que é por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Gilmar Machado, conhecendo os dois instrumentos, como teríamos de colocar as metas do PNE



dentro do PPA? Como elas seriam expressadas? Dez por cento do PIB é claro que não! Como seria possível expressar essas metas atendendo aos rigores do PPA?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - O PPA já virá com alguns programas de Governo na área de educação infantil, ensino médio e para a expansão universitária.

O REUNI 2, que vai sair agora, vai ter que constar do PPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O PRONATEC também, não é?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - O PRONATEC já vai vir.

Vamos ter que decidir: para a Região Norte, quanto de PRONATEC, quanto de expansão universitária, etc. Depois temos que ver quanto em pessoal. Nós já vamos ter que fazer esse tipo de detalhamento. Quantas escolas de educação infantil? A previsão é fazer seis em 4 anos. Se são seis em 4 anos, devem ser mil e poucas. Agora, em qual região?

Vamos ter que achar uma forma de nos acertar, para depois não ficarmos fazendo disputa, porque fica mais complicado.

Se já temos uma Comissão tratando do tema educação, é mais fácil fazer aqui do que lá. Vai ser realmente mais complicado fazer esse processo lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Pelo seu volume e pela sua natureza, nunca pensamos em terminar o relatório antes do PPA. Mas é possível, porque as grandes linhas já estão desenhadas. Acho que se pode fazer esse exercício. Dado o tamanho do Plano Nacional e do PPA podemos formar subgrupos por foco de interesse — educação infantil, educação profissional, formação de professores —, para podermos avançar um pouco nessa previsão, que, é lógico, vai ser ainda muito superficial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O PPA pode ser alterado. Quando será a revisão, Deputado?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Anual.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Anual.



O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Se não votarmos agora, vamos fazer revisão para 2013. Para 2012 já vai estar decidido. Nós só vamos poder interferir, alterar alguma meta nossa que achamos importante no programa que foi votado para 2013. Para 2012 vamos ficar fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu tenho preocupação com as divergências ao contrário, Deputado Lelo Coimbra, e gostaria de ouvir a sua opinião. E se as metas do PPA forem divergentes das metas que o Governo colocou no plano? O PPA pode conter metas divergentes das que estão no plano. Eu tenho muito mais preocupação com esse lado do que com o outro.

Como há um descolamento entre o plano e o Governo — pelo menos é o que passa para nós —, não necessariamente o Governo, ao elaborar o PPA, considerou o que ele pôs no plano. Mas compete a nós, que vamos examinar os dois instrumentos, fazer com que eles sejam convergentes. Esse é o aspecto que me parece mais preocupante.

Eu não sei quais metas de educação infantil estão no PPA; se a expansão do REUNI 2 bate com a expansão do ensino superior; se as metas do ensino médio batem com as metas contidas no PPA. Há uma série de questões sobre as quais gostaria de ouvir os senhores.

A ideia seria fazer uma comissão. E me ocorre agora, Deputado Lelo Coimbra, de convidá-lo para coordenar essa comissão, a fim de nós interagirmos com o pessoal do orçamento. Já temos dois representantes na nossa Comissão que são atuantes na Comissão de Orçamento, o Deputado Rogério Marinho, que coordena a bancada do PSDB, e o Deputado Gilmar Machado, que coordena o Governo. Podemos tentar, junto com a Consultoria, com o Paulo, pelo menos, ir olhando as divergências que possam existir nos dois temas.

O que parece a V.Exa., Deputado Lelo?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Eu não sei qual é o tempo de diferença na aprovação de um e de outro. Com certeza, o encaminhamento feito já atende a busca do que seja passível de compatibilidade. Alguns pontos podem ser divergentes, e vamos ter que brigar em torno deles.

Na realidade, essa comissão, como estratégia, é correta, mas ela vai ter que identificar não apenas o que possa ser convergente, mas também os pontos de



conflito e pelos quais será necessário que brigemos, lutemos, negociemos, em outro espaço ou, até mesmo, se houver divergência entre o sistema fazendário e a educação, ver se existe aliança possível com a educação, a fim de vencer os obstáculos que o sistema fazendário possa pôr no PPA. Mas acho que o encaminhamento geral está correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Dr. Paulo, vou abrir uma exceção regimental, mas é fundamental ouvir a sua opinião, porque sei que isso já andou te preocupando em algum momento.

O SR. PAULO DE SENA MARTINS - Deputado, acho que a primeira ação é esperar o projeto de lei que virá do Governo, para ver em que medida ele já incorporou... Imagino que tenha incorporado, porque há uma negociação interna no Executivo. Ministério da Educação, Casa Civil e Ministério da Fazenda, normalmente, têm conversas prévias.

Tendo em vista que o projeto de lei foi encaminhado pelo Executivo, imagino que pelo menos os programas constantes da proposta inicial do PNE já estejam de alguma maneira contemplados no PPA. A primeira coisa é ver o que está, se tem alguma coisa faltando e se, a partir das propostas do Relator, cabe alguma alteração em relação aos quantitativos.

Esse grupo de acompanhamento pode avaliar isso. Os Parlamentares e os colegas da Consultoria de Orçamento, na verdade, são a coluna dessa avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - É aguardar a proposta.

Eu gostaria de ter essa tranquilidade que o senhor tem de que eles andaram trabalhando combinados. Vamos aguardar.

Deputado Gilmar Machado, provavelmente, quando chega? Em 31 de agosto?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Dia 31 de agosto estará aqui. O cronograma que estamos montando para emendas é final de setembro, início de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Prazo para recebimento de emendas.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - É. Assim como o Orçamento, o PPA agora tem, obrigatoriamente, que ter pelo menos uma audiência por região do



Brasil. Nós devemos fazer essa reunião do PPA no final de setembro, início de outubro, porque temos que ter que no mínimo cinco audiências. É o tempo que vamos ter para compatibilizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Então, teríamos todo o mês de agosto parado, porque a proposta só chega no dia 31 de agosto.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Mas já podíamos conversar com o Henrique Paim, no Ministério da Educação, para ver mais ou menos, porque ele já deve ter o esboço do que mandaram para o planejamento. O planejamento tem até o dia 15, agora, para mandar para a Casa Civil. Então, o pessoal do MEC já deve ter mais ou menos o esboço do que eles mandaram. Poderíamos já começar a socializar isso para fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou falar com o Paim e tentar saber.

Deputado Dr. Ubiali, V.Exa. quer falar?

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Não é sobre esse assunto, mas vou ter de me retirar devido a uma audiência no Ministério da Fazenda. Quero comunicar à Comissão que estamos programando uma reunião em Franca sobre o PNE para discutir com as autoridades locais e os professores, a fim de trazermos isso para cá.

Gostaria que fosse uma atividade oficial da Comissão e solicito isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Estou determinando à Secretária... Qual o dia, Deputado Dr. Ubiali?

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sexta-feira agora, dia 5, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Uma atividade oficial da Comissão, e o Deputado Dr. Ubiali nos representará na Câmara dos Vereadores em Franca, São Paulo.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Será de 9 horas às 12 horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Tem a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Deputado Gastão Vieira, na verdade quero fazer um questionamento. A LDO foi



votada agora. Ela tem algumas linhas gerais, inclusive propostas que estão ligadas à área da educação.

Acho que um dos passos seria tentarmos ver o próprio alinhamento do que foi colocado na LDO, porque a partir disso é que o MEC vai ter de reorganizar o seu PPA. Eu sei que houve algumas alterações em relação...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, não. Como esse é o primeiro ano, a LDO, na verdade, não tocou...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não mexeu, então.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não mexeu, porque como o PPA é o primeiro do Governo, então nem foi permitido ao Parlamentar fazer emenda ao programa. No ano que vem já vamos poder fazer, porque haverá o PPA e já saberemos a regra.

A LDO impediu que pudéssemos fazer qualquer tipo de emenda, para exatamente aguardar o PPA. O PPA é que vai ser o norteador. A LDO só deu algumas diretrizes para o orçamento naquilo que não venha a ferir a peça orçamentária. Então, o Governo tem tranquilidade de montar o orçamento já dentro do que ele quer para o PPA.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nem os tetos foram definidos, o percentual, nada?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, porque o PPA é que vai definir. A LDO liberou para que o PPA traga toda a orientação. E o Orçamento já vai vir casado com a orientação do PPA.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA - Certo.

Na verdade, para o Plano Nacional vamos ter praticamente 2 anos: 2011, que está em andamento, e, para 2012, o que não tiver sido costurado vai estar perdido. Vamos ter, efetivamente, 8 dos 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Angelo, Deputada Professora Dorinha, colocou em discussão uma ideia de que o PNE tivesse validade a partir da data da sua aprovação. Assim sairíamos dessa camisa de força 2011/2022 para o ano em que ele for efetivamente aprovado, e se



contariam 10 anos para frente. Eu achei a ideia superinteressante. Falta discutirmos isso aqui no plenário.

Vou tomar uma decisão preliminar, Deputada Professora Dorinha, e espero que V.Exa. aceite. Esta Presidência se sentiria muito honrada, e tenho certeza de que falo também em nome do Relator, se V.Exa. coordenasse essa parte para nós, indicando os membros que V.Exa. gostaria que trabalhassem com a senhora nesse aspecto, e nós marcaríamos uma audiência com o Paim e iríamos costurando as coisas de forma paralela.

O Deputado Angelo, com 3 mil emendas... Isso acabou sendo um tiro no pé também, porque o grau de dificuldade de examinar, dar parecer, preparar para votar, destaque ou não destaque, é uma complicação, não é uma coisa muito simples.

Eu percebi — em momento algum ele me disse oficialmente — que o seu cronograma é para votarmos em novembro. Ele não tem como fazê-lo antes, até porque, apresentado o substitutivo, abre-se o prazo de emendas ao substitutivo. É um mês e meio, Terezinha?

A SRA. MARIA TEREZINHA DONATI - Não, cinco sessões, como da outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Cinco sessões. Isso dá quanto?

A SRA. MARIA TEREZINHA DONATI - Dá mais ou menos duas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Duas semanas de novas emendas, embora mais restritas, porque só nós, membros, podemos fazer as emendas, mas mesmo assim ele está trabalhando aí com início de novembro.

A algumas pessoas que têm-me procurado, demonstrando angústia com a demora, eu digo: *“Não pensem que o Senado não vai mexer nesse plano de cima abaixo, porque vai”*. Então, ele vai voltar para cá. Isso é inevitável. O Senado vai dar uma mexida grande. Há muitas pessoas que mexem com educação, que têm uma postura nacional em relação à educação, e não vão permitir que a proposta daqui chegue lá e volte sem nenhuma alteração.

Portanto, gostaria de saber, Deputada Professora Dorinha, se é possível V.Exa. coordenar esse trabalho.



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu me disponho, mas preciso de muita ajuda, porque estamos trabalhando com um monte de especulação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Acho que ajuda nós teremos, sim. Há o pessoal da Consultoria, há outros Deputados extremamente interessados e que podem participar desse trabalho, o Deputado Gilmar.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Gostaria da ajuda do Deputado Gilmar Machado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Gilmar Machado, V.Exa. pode entrar de cabeça nisso?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pronto. O Deputado Gilmar Machado está à disposição. O Relator do PPA, Senador Walter Pinheiro, tem trabalhado conosco muitos e muitos anos na questão do orçamento da área de educação. Enfim, acho que vamos chegar a um bom termo.

Vou marcar, Deputada Professora Dorinha, com o Dr. Paim uma audiência já da senhora semana que vem, para termos uma ideia de como o MEC trabalhou essa questão no PPA.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Certo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pode ser?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Chico Lopes, em homenagem ao espírito espantado de V.Exa. — V.Exa. está correndo muito hoje...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - A competição com Deus aqui é boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Competição com quem? Com Deus?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Temos uma Comissão aqui, outra acolá, não sei mais o quê, temos tudo, menos tempo. As pernas de 72 anos não têm resistência para isso tudo, não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Farinha d'água com rapadura dá mais...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Camarão seco, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Camarão seco? O Ceará é semiárido, Deputado.

Eu deixei o requerimento de V.Exa. para ser discutido e votado com a presença de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - É o Requerimento nº 63/11, em que V.Exa. requer uma audiência pública para debater os impactos na qualidade da educação, oriundos da aprovação de um terço da jornada de trabalho dos professores para a atividade extrassala.

Só para recuperar a informação, o acórdão do Supremo que trata dessa questão não saiu ainda, não foi publicado. Portanto, essa questão ainda está em aberto até que o acórdão do Supremo seja publicado.

V.Exa. tem a palavra para defender o requerimento.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - É simples. Eu queria, antes de defendê-lo, acrescentar a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Sinto-me muito gratificado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de ter apresentado à Comissão de Educação, que trabalhou com o piso salarial, a proposta dessa emenda, que foi aceita.

Agora, eu não tenho criatividade. Parece-me que em certas coisas nós não evoluímos. Sou professor do Estado, embora tenha começado em escolas técnicas, desde 1968, no tempo dos coronéis conhecidos no Ceará: o Coronel Virgílio Távora, Aauto Bezerra, etc. e tal. E eles sempre respeitaram muito os professores. Não tínhamos dificuldade de falar com o Governador naquela época. Chegava uma comissão e falava.

Infelizmente, somos contratados por hora-aula, 40 horas-aula semanais, enquanto na universidade são 40 horas — não se fala em 40 aulas. E nós conseguimos naquela época um terço. Apenas estou querendo reproduzir que, infelizmente, os Governadores nos levaram ao tribunal e ganhamos a compreensão



do piso. Existe base e remuneração. Eles juntavam tudo e queriam que o piso fosse esse. Tivemos sucesso, embora ainda não tenha havido a publicação do acórdão.

Mas sabemos que o Plano Nacional é muito forte. O Plano Nacional de Educação decenal é muito forte. E se assegurarmos, depois do debate, no plano e houver a decisão de que seja implantada em 10 anos, ou 5 anos, conforme o acordo, será muito importante. Por isso, peço aos meus pares para aprovar esse requerimento, a fim de abriremos essa discussão com o setor encarregado da educação, porque o argumento...

Eu tenho uma sorte danada. Eu aprovei um projeto de lei no Ceará para que houvesse a obrigatoriedade de Sociologia no ensino do segundo grau. O Governador da época disse que não havia professor suficiente, um argumento muito difícil de combatermos, porque se ficarmos preocupados com quando se vai ter... Por conta disso, talvez médico não fosse uma profissão, porque há falta de médicos no interior. No entanto, é uma profissão, e estamos formando um bocado de médicos, muito mais do que há 10 anos. Então, esse não é o problema. O problema é que haverá a disponibilidade futuramente.

Dizem que esse texto vai criar mais vagas. Lógico, queremos mais vagas. Já dei aula com 20 alunos na sala de aula e já dei com 60. Achei bem melhor e mais produtivo 20 alunos do que 60. Agora, em outra situação, na universidade, pode até ser possível, mas também não acho produtivo.

Então, estou querendo que tenhamos coragem de ousar, pois se faz muita poesia em educação e pouca coisa concreta, com certos enunciados de que não se pode por isso ou por aquilo. É nesse sentido que o nosso requerimento caminha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Chico Lopes, só uma pergunta. V.Exa. começou como professor em 1968?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Em 1968, no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - V.Exa., com sua história de vida, como escapou do AI-5 e conseguiu dar aula?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Não escapei, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Ah, não escapou, não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Depois eu fui (*ininteligível*). No 477, AI-5, em tudo que o código da ditadura levantava eu estava enquadrado, graças a Deus. Mas não me arrependo de nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Em discussão. (*Pausa.*)

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Quem são as pessoas que o Deputado está convidando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou ler aqui. É uma preocupação que eu tenho contigo.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Também acho que tem muita gente aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Isso aqui dá uma (*ininteligível*): representantes do Ministério da Educação, da UNE, da UNDIME, da CNTE, da UNESCO, do INEP, do Prof. Luiz Fernandes Dourado, de Goiás, do Secretário Adjunto da ANPED, da UnB, das sedes e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Eu acho que pela importância desse tema, que atende a todos, talvez, Deputado Chico Lopes, pudéssemos fazer...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Fazer um processo seletivo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não. Fazer até um seminário o dia inteiro, de manhã e à tarde, ou reduzir no máximo para quatro.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Deixo o meu companheiro, nosso Presidente, à vontade, porque quem faz o requerimento quer agradar a gregos e troianos, mas a realidade nos apresenta de outra maneira, e ninguém vive se não for na realidade. O resto é conversa fiada, é metafísica e tudo o mais.

Eu deixo à vontade o Relator e o Presidente, que vêm trabalhando educação há mais tempo do que eu nas Comissões, para definir quais são as pessoas mais importantes nesse assunto, e podem convidá-las. Aceito sem reclamação.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, a minha pergunta sobre as pessoas ocorreu porque quero fazer também uma pergunta sobre o foco. Com a preocupação que o Deputado tem demonstrado, embora tenha colocado a questão sobre o um terço — e ainda mais com a sugestão do Presidente de fazermos um seminário —, acho que deveríamos ser um pouco



mais amplos e lidar com a questão da carreira, porque numa composição de carga horária, com a questão do um terço, há um componente financeiro, sim.

O Ministério da Educação, na aprovação da complementação prevista, fez uma leitura diferente da ideia apresentada por esta Casa, e na forma como ficou na finalização da lei a complementação que a União faz é parte dos 10% de complementação. É quase nada.

Então, acho que seria uma oportunidade interessante para retomar um pouco essa questão de carreira, não só da ligação como aparece na proposta de audiência, como se já tivéssemos dados concretos para saber do impacto do um terço na carga horária. A minha sugestão, Deputado, é que seria importante talvez ampliarmos um pouquinho essa questão em relação à carreira. Existem muitas questões importantes que poderíamos aprimorar justamente com o objetivo de garantir melhores condições de trabalho.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Professora... Desculpe, Deputada — mas é professora também.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Professora, sim.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu vou morrer professor, e não Deputado. Isso depende do eleitor, não depende da nossa vontade.

Se é para ampliar, se é para tornar mais democrático, mais participativo, eu concordo com as ideias para incorporá-las, se for possível o seminário, porque nesse caso nós estamos ampliando para um seminário.

Nós sabemos que esse Plano Nacional vai dar oportunidade para em 2 anos, 3 anos... Às vezes o pessoal pensa que uma coisa dessas tem que ser imediata. Não dá, até porque envolve dinheiro, envolve pessoas, etc. e tal. Concordo com V.Exa. Pode ampliar o requerimento. Vamos fazer o seminário. Está certo? Pode ampliar.

Presidente, eu acato e agradeço a colaboração à Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Então, Deputado Chico Lopes, nós vamos sentar e vamos organizar. Para manter essa quantidade de convidados, nós teremos realmente que fazer um seminário. O problema do seminário é a frequência: de manhã começa média, de tarde começa com nada.



Está aprovado o requerimento? Não, vou colocar em votação.

(Não identificado) - Coloca um lance que o pessoal fica.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - É para acrescentar a ideia dela, porque vamos discutir não só essa questão, mas a questão da carreira, como é que vai se dar, etc. Quero agradecer a ela a sugestão e que seja incorporado como sendo dela o todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Em votação o requerimento do nobre Deputado Chico Lopes com as sugestões e acréscimos propostos aqui pela Deputada Professora Dorinha, sobre carreira, composição de carga horária, etc.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento do nobre Deputado Chico Lopes está aprovado.

Vai para onde?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Correio? Essa vida de comunista é dura, não é Deputado Chico? É aeroporto, é Correio.

Está acompanhando o Chico? Está indo para o "PCZÃO"?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Chico é um homem de uma disposição extraordinária. Fiz uma viagem com ele a Havana e não aguentava mais. Ele me acordava às cinco e meia da manhã e ainda me enganava, dizendo que nós íamos encontrar Fidel Castro andando no Malecon.

Há dois requerimentos de autoria de V.Exa., Deputado Angelo, o de nº 66 e o de nº 67. O de nº 67 é mais simples: requer uma audiência pública para discutir a educação infantil, objeto da Meta nº 1.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sobre esse requerimento, Sr. Presidente, não sei se V.Exa. está lembrado de que nós fizemos uma audiência pública — eu estava presente e acho que o Deputado Lelo Coimbra estava na reunião também — sobre a questão da idade de ingresso. A Deputada Professora Dorinha também estava. Em função daquele parecer do projeto do Beltrão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Lá do Conselho, não é?



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - ...nós resolvemos fazer uma consulta pública, fazer uma discussão sobre isso.

Como nós precisamos fazer uma discussão mais geral sobre a questão da educação infantil, o entendimento é de que pudéssemos fazer isso numa data só para ganhar tempo. Abriríamos a discussão como PNE, trazendo a própria Pilar, que pode falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Aqui, para recordar V.Exa. V.Exa. tinha proposto o requerimento à Dra. Maria do Pilar, Secretária de Educação Básica, ao representante do MIEB, Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, à Dra. Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento, que é da ANPED, do Grupo de Trabalho e Educação de crianças de 0 a 6 anos, e à Gisele de Souza, que é do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil da Universidade Federal do Paraná.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Mas precisa ser reformulado porque não tem ninguém defendendo o outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Então, façamos o seguinte: poderíamos aprovar o requerimento de V.Exa. e V.Exa. agregaria os nomes da composição dessa Mesa.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não é verdade, Dorinha? Não tem ninguém. Essa discussão no Paraná ficou vencida porque quem estava à frente disso era o Senador Flávio Arns. Hoje, ele é Secretário de Educação. Mas na oportunidade, no ano passado, ele tinha concordado em fazer um outro encaminhamento, porque o Paraná é um dos Estados que aprovou uma lei específica em função daquela ambiguidade que tem na legislação federal. A idade de ingresso lá é aos 5 anos de idade.

Então, acho que vou consultar o Secretário. Se todo mundo concordar, vou consultar o Secretário de Educação do Estado do Paraná para saber se ele pode vir ou pode indicar alguém para apresentar os argumentos.

Naquela reunião que fizemos aqui vários Deputados também tinham esse entendimento de se pôr a idade de entrada a partir de uma determinada data, mas não apenas aquela que a Resolução do Conselho Nacional estava estipulando. Não é isso Professora Dorinha?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois, não, Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não sei se o próprio Secretário do Paraná, mas talvez o CONSED poderia indicar, porque vários Estados têm leis próprias. O CONSED indicaria alguém que viria falar em seu nome, inclusive, mostrando como está a realidade dos Estados.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Isso, ótimo. Tudo bem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Acho assim: nós aprovamos o requerimento e V.Exa. fica livre para apresentar os nomes. Inclusive, por exemplo, tem um colega do nosso partido, Osmar Terra, que tem uma Frente da Primeira Infância, tem uma reunião inclusive, agora, às cinco e meia da tarde. Está vindo a ex-Presidente do Chile para fazer uma palestra sobre a primeira infância na Casa a convite do Deputado Osmar Terra. Nós poderíamos inclusive conversar com eles, eles podem mandar alguém também; consultaríamos o CONSED.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Está perfeito assim?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Perfeito. Carla, gostaria que você junto com a Terezinha depois encaminhasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Em votação.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com o requerimento do Deputado Angelo Vanhoni permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

O outro, vou recordar V.Exa.: *“requero, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir..., a qualidade das instituições de educação superior no País, da sua produção acadêmica e científica nas diversas áreas e, especialmente, na área educacional, bem como suas aplicações em benefício do desenvolvimento do sistema de educação básica brasileira; a qualidade da formação dos profissionais da educação; e as medidas para promover as melhorias necessárias”.*

Esse é o outro requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Esta é uma demanda. Nós fizemos requerimento de audiência de educação infantil, desenvolvimento social e educacional, desigualdades regionais, educação de jovens e adultos, educação



especial, educação indígena, educação infantil, educação no campo, educação superior, ensino técnico-profissional, expansão e universalização do ensino, extensão tecnológica, financiamento, formação e valorização do magistério, gestão democrática, qualidade da educação.

Foram esses os principais requerimentos que a Comissão fez durante esse período. Sobre ensino superior, sobretudo, sobre aqueles que trabalham com a formação, com a qualidade, a ANPEB, nós não tivemos nenhuma audiência.

Então, acho que há um reclamo dessas entidades que gostariam de opinar sobre as metas que estão sendo discutidas no PNL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Inclusive, V.Exa., ao propor esta audiência pública, tinha apontado a necessidade da presença de representantes da ANPED, da ANPAE — Associação Nacional de Política e Administração da Educação, da ANFOPE — Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação e da SBPC. Era o que V.Exa. tinha proposto originalmente. Fica mantido isso?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Se algum Deputado tiver alguma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não havendo quem queria discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

O requerimento de V.Exa. está aprovado.

Antes de passar a palavra ao Relator, quero anunciar dois convites da UNDIME para um seminário regional do PNE a realizar-se no próximo dia 9 de agosto, em Palmas, Tocantins; o outro, também da nobre Profa. Cleusa, no dia 5 de agosto, em Aracaju. Eu tenho a impressão que eles estão fazendo no Brasil todo.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu já fiz uma rodada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sim, nós já fizemos uma rodada nesses lugares todos, mas a UNDIME resolveu fazer também. Nós estamos aqui divulgando, conforme solicitado por eles, a realização desses seminários.



Deputado Angelo, nós o aguardamos aqui porque um dos itens da pauta de nossa reunião seria ouvir, após o recesso, alguma palavra do Sr. Relator com relação ao andamento dos trabalhos. Levantamos um problema ainda há pouco, e eu tenho certeza que V.Exa. já se preocupou com ele. Tomei uma decisão e também queria compartilhar, em relação ao PPA.

O PPA chega no dia 31 de agosto. Vai haver prazo para emendas até setembro. Nós precisamos adaptar as metas. E eu tomei a liberdade, e falei em nome de V.Exa., de criar um grupo, ou qualquer coisa parecida, sob a coordenação da Deputada Professora Dorinha para cuidar desse assunto. Porque pode ter algum atrapalho na coincidência de término do trabalho das emendas do PPA e do relatório de V.Exa. A Deputada Professora Dorinha aceitou e vai se encarregar disso.

Eu gostaria então de ouvir as considerações de V.Exa. sobre como vamos trabalhar nesse segundo semestre, depois do recesso. Como é que V.Exa., que agora é o dono da bola, vai conduzir os trabalhos da Comissão.

Continuaremos realizando audiências. Elas são necessárias para esclarecimentos. Quero comunicar a todos e ao Relator — não tinha tido oportunidade de falar com ele — que vamos realizar uma audiência pública com pessoas da Casa para discutir lei ordinária, lei complementar, enfim, essa questão que permeia uma certa preocupação com relação ao plano. Já há um consultor designado: o Dr. José Antonio. Vamos chamar talvez mais um consultor da Casa e um especialista nessa área, da OAB ou de alguma outra instituição.

Vamos realizar uma audiência pública, provavelmente, se tudo der certo, nos próximos dias, para discutir essa questão de lei ordinária, de lei complementar, e se nós estamos recebendo o melhor instrumento para aprovar um plano. Essa reunião está mais ou menos acordada. Quanto a outras audiências, nós fomos acertando, e sempre dispostos, Sr. Relator, a abrir espaço para as discussões que V.Exa., no exercício do seu trabalho, considerar úteis e necessárias para o trabalho que está desenvolvendo.

Deixo a palavra com V.Exa. para algumas considerações.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Nesse primeiro semestre, Sr. Presidente, nós tínhamos feito um cronograma. Além de realizar as audiências públicas na Câmara dos Deputados, vamos dar uma olhada, através de audiências



públicas e seminários, nos Estados do País. Se não for possível em todos eles, pelo menos as principais regiões do Brasil estarem cobertas com a presença da Comissão Especial, com exceção de Tocantins, Mato Grosso, Distrito Federal e Goiânia, que são as regiões que ainda não foram contempladas.

Mas a sua foi feita, Deputado Izalci? Nós aprovamos *ad referendum*.

No Nordeste, realizamos diversas reuniões; no norte do País, foram três reuniões. Estivemos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná, Recife, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, em Recife,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - No Rio Grande do Norte, Maceió, Maranhão.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Fizemos em Maceió. V.Exa. foi para o Amazonas e eu fui para Maceió. Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Isso. São Paulo e Rio de Janeiro

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Rio Grande do Sul, Minas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Ceará foi a primeira. Piauí. Eu fiz a de Teresina.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Existe uma reivindicação para se realizar na Paraíba. E uma audiência pública está sendo proposta pela comunidade indígena e os antropólogos da Universidade do Amazonas, na próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - É com a Assembleia Legislativa?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Porque houve uma com a Deputada Rebecca, que você foi.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Fui. Eu estive em Manaus. Existe uma outra agora que está tematizando a questão indígena. É da Comissão de Educação da Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - É isso. Um Deputado tem ligado para nós.



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Isso. Eu falei com um professor que me ligou. Eu não vou poder estar lá na segunda-feira. Se algum Deputado ou V.Exa. puder ir, eu também sugeri que a Deputada Fátima pudesse nos representar, como Presidente da Comissão de Educação. Não sei qual vai ser a decisão, se vamos arrumar alguém. Mas no dia 8 eu não posso porque já tenho um compromisso. Eu não sabia desse convite, fiquei sabendo dessa data agora. E nós assumimos na segunda-feira. Senão vou sugerir a eles, como a educação indígena é fundamental para discutirmos no plano, que transfiram a audiência pública. Então, até o final de agosto, arranjamos uma possibilidade de fazê-la. Mesmo porque, até o final de agosto, como vou dizer para vocês, é humanamente impossível pensar em qualquer texto básico para estudarmos.

A Assessoria começou a fazer um trabalho conosco de olhar emenda por emenda. Já fizemos duas reuniões antes do recesso com o Ricardo, o Paulo, a Carolina e a Ana. Ontem fizemos uma reunião e hoje foi feita outra. É um trabalho exaustivo. Não pensei que seria tão trabalhoso assim. Temos que conversar, temos que discutir, temos que ver o alcance e se é próprio o lugar em que está sendo proposto. Enfim, às vezes o que o legislador, o Deputado está pretendendo não é exatamente naquela emenda, naquele artigo, mas o espírito, o conceito da proposta pode ser de alguma forma aproveitado.

Então, há um conjunto de discussões. Para se tomar decisão sobre uma palavra, uma emenda para aperfeiçoar o texto, demanda tempo e cuidado. E com um projeto dessa envergadura, temos que tomar todos os cuidados.

Qual é o cronograma de trabalho que nós estamos fazendo, paralelo às audiências públicas? A pretensão é terminarmos um bloco. São 10 artigos no projeto. Doze artigos no projeto.

Nós pretendemos, até a semana que vem, ter um esqueleto, uma minuta do que, no conjunto de emendas que foram apensadas e nas sugestões que a sociedade mandou, estamos pensando de como ficariam esses 12 artigos.

Não é uma proposta definitiva, mas é para que a gente possa conversar entre nós, os Deputados que emendaram os artigos, e dizer: é por aí, tem uma observação aqui, uma observação ali, para que a gente possa ir construindo blocos de texto do conjunto do projeto, porque a gente disse: não, tem aqui, pode ser que



vai ter uma polêmica maior, a gente vai ter que discutir, vamos entrar em consenso nessa parte e vamos deixar essa concepção, que precisa ter um trabalho mais aprofundado, maior discussão, um pouquinho mais para a frente. E vamos avançando no trabalho. Vamos longe com o texto. Tem muita emenda e tem muita coisa para ser analisada.

Então, a ideia é essa. De períodos em períodos, nós vamos conversar sobre o texto com os Deputados, porque a gente está trabalhando e esboçando um conjunto de consensos construídos. Daí, vamos chamar os Deputados para conversar.

Para quê? Para que a gente vá construindo consensos mínimos em relação ao plano. E a ideia é chegar em setembro e outubro com condições de termos um texto básico, de conjunto, para analisar.

O panorama das emendas, os senhores já têm, não é? Todo mundo aqui já conhece o conjunto das emendas, para onde elas foram dirigidas, quantas emendas. Não foi distribuído para os Deputados?

Nós vamos preparar um CD e preparar uma nota técnica. Eu tenho aqui uma cópia emenda por emenda, artigo por artigo, meta por meta e estratégia por estratégia do que foi direcionado. Nós vamos prepará-lo e distribuir para os senhores, para que também acompanhem e possam discutir.

Atrasou um pouco porque tivemos que montar um programa de computador para trabalhar com esse conjunto de emendas.

Alguns dados estatísticos — a Terezinha está me dizendo — já estão na página da Comissão. Vamos preparar — a Comissão, a equipe técnica — uma nota técnica sobre essa visão de conjunto do que aconteceu até agora, das emendas, com o plano. Vamos entregar para vocês na semana que vem.

O plano tem diversas emendas. Tem desde a concepção do papel do Estado na educação, tem diversas propostas.

A Meta 4 traz uma concentração muito grande de emendas e uma polêmica, por causa da proposta que existe hoje no plano, sendo desencadeada pelo Governo, pelo Poder Executivo. Há uma reivindicação dos setores e de diversos Deputados de que a sociedade civil, com as suas entidades educacionais, na educação especial, possa participar do processo de maneira mais ativa, não apenas com a



oferta, como prevê a inclusão, na escola, do sistema regular da educação pública no nosso País. Há algumas confusões no texto do PNE.

Eu posso ler a nota técnica para os senhores.

Nós temos 2.906 emendas. Quatorze partidos diferentes apresentaram emendas. As diretrizes: 93 emendas. Sobre o art. 7º, que trata do regime de colaboração, foram 95 emendas. As metas que mais receberam emendas foram a Meta 1, que trata da educação infantil: 253 emendas; a Meta 7, que trata do IDEB: 205 emendas; a Meta 12, que trata do acesso ao ensino superior: 212 emendas; a Meta 20, que trata do financiamento: 216 emendas.

Isso por si só demonstra a polêmica? Sim e não. Tem muita emenda que conflui. Diversas emendas têm um núcleo comum, de Deputados de vários partidos.

Temos a educação especial, a educação de jovens e adultos, a educação profissional. Está aqui o Deputado Ariosto Holanda. Nós vamos ter um seminário no dia 16. Temos a gestão democrática, a avaliação e qualidade da educação, a questão do IDEB, a valorização dos profissionais e, por fim, o financiamento da educação, que recebe um conjunto de emendas. Todos pedindo 10%. A grande maioria. Eu não encontrei nenhuma emenda com 7,5%. Não vi nenhum corajoso. *(Risos.)* Não vi nenhum Deputado corajoso apresentando 7,8%.

Isso é em função de um diagnóstico que está difundido, disseminado, que tem o seu valor. No momento certo, quando a gente for abordar a questão do financiamento, vamos ter que discutir a esse respeito.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Talvez o tema da compatibilidade do PPA e do PNE resolva o problema.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É, começa pelo menos a se encaixar um pouco.

Então, o cronograma é mais ou menos esse. Eu aceito sugestões do que os senhores estão pensando. *(Pausa.)*

Desafios.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Vanhoni, o maior desafio é a parte da transpiração. Como organizar tematicamente por blocos, da melhor forma possível, para que a gente possa enfrentar as divergências, os contraditórios? Como é que a gente vai organiza melhor esse produto, para voltarmos ao debate, analisando.



Tipo assim: tem 10 emendas iguais? Você já vai limpando o trilho. Ao mesmo tempo em que converge, vai fazendo a operação limpa-trilhos. Não é isso?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É isso o que nós estamos fazendo.

E aí, com o que ficou, tudo anotado,...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - ... organizar.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - ...tudo com minuta, para vocês, preorganizado, para a gente chegar e dizer: olha, nossa equipe de trabalho, o que a gente tem até agora aponta para este caminho aqui. É isso, é isso, não é isso, não é isso. Vamos organizar por blocos, por temas, para a gente ir minutando e avançando.

É isso aí.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Pois não, Ariosto.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - V.Exa. identificou emendas naquela linha que eu sempre pautei, que era a questão de como atacar o problema do analfabetismo funcional? Até eu sempre me posicionava no sentido de que a escola que está aí não atende àquela população. E a gente está levantando muito essa questão da bandeira da extensão como um mecanismo para chegar a essa população.

Daí o motivo de termos aprovado aquele requerimento para fazer esse grande seminário da extensão.

Por sinal, quero aproveitar a oportunidade para dizer que todas as medidas foram tomadas, e a gente espera ter um belíssimo seminário, com a participação de todos os institutos federais, do SEBRAE, dos CVTs. Vamos tentar discutir o papel da extensão na educação, qual é o caminho para a gente atingir essa população, que chega a ser da ordem de 50 milhões de brasileiros.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Esse é um desafio. O seu trabalho está sendo fundamental. Nós não marcamos nada porque V.Exa. já tematizou isso no primeiro semestre e ficou encarregado, inclusive sugeriu, e todos nós delegamos a organização de uma audiência pública, porque na realidade vai ser um seminário sobre esse tema. Nós precisamos nos aprofundar sobre a questão da educação de jovens e adultos.



E sobre a proposta do plano de erradicar o analfabetismo e também de tratar o funcional, quer dizer, a meta que prevê o plano, nós precisamos fazer uma discussão. Eu acho que a gente vai participar do seminário, e sobre o que estiver faltando de aprofundamento, nós vamos propor uma discussão aqui para trazer o corpo técnico do Ministério, o corpo técnico do IBGE e do Fórum Nacional, das entidades nacionais que tratem das duas coisas.

O Ministério da Educação, Ariosto, tem nos afirmado que não falta dinheiro para fazer educação de jovens e adultos no Brasil. Qualquer Estado, qualquer Município do Brasil, que solicite 30 milhões, 40 milhões, 100 milhões para fazer um programa endereçado à educação de jovens e adultos no País, o Governo tem recurso.

O que eles estão dizendo com isso? Nós não estamos avançando por outros problemas que não recursos. Aí é o que você está abordando: não é a escola, tal qual nós conhecemos, que vai atingir. Não é com esse tipo de programa.

Então, a reflexão de como fazer isso...

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Permita-me, Deputado. Estive com o Ministro Aloizio Mercadante, que está muito empolgado com a ideia da extensão, porque a extensão atinge também outro segmento que são as micro e pequenas empresas, que estão com uma mortalidade muito alta porque não conseguem inovar.

Nós estamos trazendo laboratórios e equipamentos, e vamos colocar na frente da Câmara, um modelo de Centro Vocacional Tecnológico. Vai ser uma área de 100m² para servir de demonstração.

E como esse é um programa do Ministério da Ciência e Tecnologia, o que a gente defende é essa integração dos dois Ministérios. Chamaríamos os institutos federais, que estão na alçada do Ministério da Educação, para fazerem a gestão dos Centros Vocacionais Tecnológicos.

É o caminho que a gente está apontando. Houve a decisão do Governo de triplicar as escolas técnicas, e hoje elas estão presentes em 400 Municípios e podem chegar em 2 mil. Nós entramos com essa capilaridade, que atinge quase todos os Municípios.



Eu acho que esse é o caminho para fazer o papel de integração dos dois Ministérios, da Ciência e Tecnologia com o da Educação. O programa dos Centros Tecnológicos está no Ministério da Ciência e Tecnologia e os institutos federais estão no Ministério da Educação.

E sem esquecer, lógico, as universidades. Elas também estão se interiorizando. Hoje temos muitas universidades federais em Municípios do interior dos Estados.

Eu acho que dá para a gente fazer um bom trabalho.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Estaremos lá participando de forma a tentar trazer luz para esse problema.

Eu consulto o Ricardo e o Paulo: essa notinha técnica a que nós nos referimos aqui, sobre um apanhado geral, é possível trazê-la na semana que vem para distribuir para os Deputados? Um panorama das emendas. Acho que sim. *(Pausa.)*

Eu terminei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Sr. Deputado Angelo Vanhoni.

Nós vamos mandar então para cada Deputado esse trabalho que a Consultoria vai disponibilizar para V.Exa.. Ao passar para a Terezinha, ela vai colocar à disposição de todos, inclusive na página da Comissão.

Nós não temos deliberações para a próxima quarta-feira. Audiência, tem alguma já articulada? Se V.Exa. quiser fazer uma sugestão? Não? *(Pausa.)*

Então, podemos dedicar esta semana — Deputado Ariosto — para a preparação do seminário que V.Exa. está conduzindo. Em princípio, não teremos reunião na próxima quarta-feira.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - E eu fico com mais tempo para trabalhar os artigos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - E V.Exa. fica mais tempo para trabalhar os artigos, etc. É isso?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Agradeço a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.